

A EAD E A AUTONOMIA DO ALUNO E DO PROFESSOR: CRÍTICA A UMA DUPLA E CRUEL PERSPECTIVA

Daniele Cruz da Silva Figueiredo Luz.
Gov. Est. RJ e UNESA.
andreedan@ig.com.br

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar o modelo de Educação a Distância adotado nos dias atuais, as suas características e objetivos, os atores envolvidos e o papel de cada um deles. Foi utilizado como referencial teórico bibliografia crítica referente às mudanças ocorridas nas últimas décadas no tocante ao trabalho (e sua precarização estrutural) e a educação (e sua mercantilização) e que mudaram definitivamente o cenário no qual estamos inseridos; levamos em conta a importância, a relevância e a representatividade da EaD nessa era do conhecimento e sua ampla utilização nas bases da reestruturação produtiva e ainda a condição de professor e aluno e suas peculiaridades que se apresentam de maneira diferenciada do ensino tradicional. A proposta da EaD volta-se para objetivos estratégicos, focando o mercado, a volatilidade da informação, a necessidade de formação e qualificação urgente, colocando o ensino, a aprendizagem, o professor e o aluno numa situação muito diferente do que comumente e tradicionalmente se conhece. O ensino é uma mercadoria, o professor um símbolo da exploração do trabalho, e o aluno é ao mesmo tempo cliente e sujeito de um processo de desmonte do Estado, que, por não oferecer uma educação adequada ou a altura das expectativas das empresas, o coloca como responsável por sua qualificação para que obtenha as características da tão propalada empregabilidade a fim de inserir neste cruel mercado de trabalho desenhado pelo capitalismo nos últimos anos. A autonomia então, fator determinante para o estudo em EaD, é aqui focada e discutida em vários aspectos, não somente com relação ao aluno, para o qual a temática é desafiante, mas também com relação ao professor, classe essa que vem tendo seu trabalho cada vez mais precarizado ao longo dos anos.

Palavras-chave: Educação a Distância, autonomia, aluno e professor.

Introdução

Todo o cenário que vimos hoje, no tocante a educação e trabalho, já vem se desenhando há alguns anos. Todas as mudanças sofridas no plano econômico mundial geraram consequências, claro, nas relações de trabalho e nas relações educacionais. Era preciso produzir, o país precisava se desenvolver.

E assim entramos de fato na era capitalista, neoliberal, globalizada, onde palavras como tempo, investimento, tecnologia, competitividade, qualificação entre outras, tornaram-se metas nas vidas das empresas e das pessoas.

A EaD, ainda que represente para o governo uma forma de elevar o nível educacional da população e para muitos um avanço na democratização do ensino, também significa um caminho encontrado pelo capital para as mais novas formas de exploração econômica diante de uma realidade globalizada. A educação torna-se uma mercadoriaⁱ, as empresasⁱⁱ fazem uso de toda a tecnologia da EaD para a tão estratégica Educação Corporativaⁱⁱⁱ, e as pessoas, por sua vez, buscam incessantemente a qualificação que o mercado exige e que a EaD como ferramenta pode oferecer, no tocante a minimizar problemas como tempo e espaço para uma formação mais rápida e específica.

Com o objetivo de compreendermos a temática, seu surgimento, suas finalidades e seu uso, trataremos inicialmente um breve histórico da EaD e abordaremos o papel do aluno e do professor; para o primeiro, a partir da perspectiva da autonomia e crença na sua necessidade de mudar seu status a partir da educação como saída para sua vida profissional, e para o segundo também a partir da perspectiva da (falta de) autonomia na execução do seu trabalho e da exploração do mesmo. Como disse Antunes (2012), “mesmo quando baseadas em tecnologias de última geração, a acumulação de capital combina formas ultramodernas de exploração do trabalho com formas arcaicas de extração de mais-valor supostamente ultrapassadas.”

O que é a EaD? Podemos partir da seguinte afirmação:

Educação a distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais. (Moore, 2007)

ⁱ Autores como Rodrigues (2007) e Santos (2012) já vem abordando essa temática.

Para maiores detalhes acerca da relação das empresas com a educação corporativa ver Cruz, Daniele(2007).

Para conceituação e informações sobre essa temática, especificamente, ver Eboli, Marisa (2004) Meister, J.(1999).

Desde sempre na escola, somos acostumados ao modelo da sala de aula “tradicional”, baseada na presença física do professor e do aluno. É a chamada educação presencial.

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados fisicamente e que utiliza diversas tecnologias de comunicação. Faz uso de diferentes metodologias e meios interativos para sua efetivação, como rádio, televisão, gravadores e computadores. Surge em decorrência da sociedade, da necessidade de aprender e de lidar com a velocidade e a quantidade de informações a que somos expostos constantemente. Nessa “sociedade do conhecimento”^{iv}, a relação espaço/tempo foi transformada para ultrapassar barreiras.

Roca (1998), define a EaD como um sistema de formação sem condicionantes de lugar e com poucos condicionantes de tempo e ocupação do estudante, uma modalidade de formação com recursos, meios, sistemas de trabalho e de organização próprios e característicos.

Histórico

Pode parecer novidade, mas a EaD já tem uma longa história desde a sua origem nas experiências de educação por correspondência iniciadas no final do século XVIII.

Dadas as devidas proporções e peculiaridades, a grosso modo dividir a EaD:

* 1ª geração – materiais impressos e encaminhados pelo correio. Esses cursos eram conhecidos como cursos por correspondência.

* 2ª geração – novas mídias, como rádio, TV, vídeos, fitas cassetes, utilizadas pelas universidades abertas. Uso de linguagens e meios audiovisuais. São anteriores a internet em muitas escolas e universidades que existem até hoje, incorporando o computador e a internet em suas práticas.

* 3ª geração – EaD on-line. Introdução do computador, tecnologias de multimídia, hipertexto e internet. Por volta de 1995, com a explosão da internet, passa a existir um novo território para a educação, o espaço virtual da aprendizagem, digital e baseado na rede.

^{iv} Sobre a sociedade do conhecimento ver Sveiby (1998).

* 4ª geração – Internet com um conjunto de ferramentas e espaços que criam comunidades de interesse que interagem e trocam informações.

No Brasil, já tivemos em 1904 cursos por correspondência; rádio escola em 1923; o Instituto Universal Brasileiro oferecendo diversos cursos a partir de 1941, SENAC E SESC oferecendo a modalidade em 1947, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal, o IBAM, na área pública em 1967, projeto minerva nos idos de 1970, o conceituado telecurso em 1977; Em 1982, com apoio da CAPES, a Associação Brasileira de Educação Agrícola institui o curso de especialização por tutoria a distância, pós-graduação *Latu sensu*. Em 1993 foi constituído o Consórcio Interuniversitário de Educação Continuada e a Distância, composto por 54 instituições públicas de ensino superior e pesquisa.

Com a nova LDB, em 1996, várias iniciativas são implementadas no nível de ensino fundamental, graduação, pós-graduação e especialização. Ou seja, a EaD vem caminhando, historicamente, conforme o contexto político, econômico e social de cada época, até chegar aos dias atuais.

Na outra ponta dessa corda, ou no outro lado dessa moeda, já que se trata de capitalismo o contexto atual, “a trajetória e a perspectiva da educação superior brasileira também têm se adequado ao quadro mais geral das transformações socioeconômicas do capitalismo tardio”, diz Rodrigues (2012), assim as Instituições de Ensino Superior (IES), passam a ter o pensamento pedagógico-empresarial voltado para, ainda segundo o autor, (con)formar uma força de trabalho de nível superior adequada a uma economia competitiva.

Assim, as IES passaram a poder operar largamente com a EaD inclusive em cursos presenciais com cotas de disciplinas on-line, conforme a portaria MEC 4059/04 (que trata da oferta de 20% da carga horária dos cursos superiores na modalidade semipresencial). Temos então os empresários do ensino atuando em todas as modalidades na venda do “ensino-mercadoria”^v, porém mais firmemente na educação superior, grande foco da EaD.

No discurso neoliberal a educação deve atender e se adequar às exigências do mercado e suas demandas, que precisa de formação e de qualificação velozmente, a educação precisa estimular a empregabilidade, então, eis a EaD.

^v Detalhes acerca da temática em “A Universidade Brasileira Rumo a Nova América”, Rodrigues, 2012.

Pode-se dizer que a Educação a Distância hoje é uma realidade e tornou-se uma necessidade na vida moderna e não se vê mais limites para suas possibilidades no futuro, com seus projetos e pacotes educativos para todos os níveis de formação.

Características

Muito se fala a respeito das reformas educacionais, que são compreendidas como necessárias ao crescimento e a modernização do país, face ao universo do capitalismo acirrado que fazemos parte.

Assim sendo, a EaD é tida como o “filão” do “mercado” educacional hoje, - Mercado?-, sim, educação é “mercadoria”^{vi}, como afirma Santos, 2012, e as escolas são gerenciadas como empresas, e a educação, tornou-se um produto.

Portanto, em se tratando da “educação-mercadoria”, Rodrigues (2007) trata como “um negócio em expansão”, face ao grande número de IES que proliferaram nos últimos tempos, verdadeiras empresas de ensino, que comercializam a educação adequada à “economia competitiva”, resumindo, alinham sua “educação-mercadoria” à “mercadoria-educação.”

Esse crescimento, ainda segundo o autor, muito se deve a retirada do Estado do setor de serviços, ao Estado mínimo, à desregulamentação, ao desmonte recomendado pelos organismos internacionais, que para a educação superior, sugerem: privatizar, globalizar através de parcerias internacionais, estimular parcerias com empresas para as “universidades corporativas”, educação à distância e transferir seus recursos para a educação básica.

Segundo as instituições atuantes na EaD, todo o material instrucional produzido na EaD é pensado para o cliente/aluno levando em conta o que ele precisa, é o aprendiz virtual – que pode estar em qualquer lugar. O desafio para o aprendiz virtual é desenvolver diferentes abordagens para o seu aprendizado – de maneira que ele se torne capaz de “aprender a aprender” com diferentes situações que enfrentará em sua vida.

O importante hoje não é se encher de conhecimentos, mas sim a capacidade de pesquisar e avaliar fontes de informação, transformando-as em conhecimento.

Aprendizes virtuais devem ter novas habilidades para serem capazes de estudar em ambientes informatizados de aprendizagem, característicos da sociedade da informação e do

^{vi} Ver “Pedagogia do mercado”, Santos, 2013.

conhecimento. Esperam-se também novas atitudes e são propostas novas atividades nos ambientes de aprendizagem virtuais como aprender de modo autônomo, desenvolver estratégias de estudos adequadas, utilizar e explorar novos recursos de comunicação.

A grosso modo podemos dizer que esse aluno tem que se responsabilizar por sua formação, adquirindo conhecimentos, habilidades e atitudes, da maneira mais autônoma possível, responsabilizando-se por seu sucesso ou fracasso educacional que possivelmente significará futuramente seu sucesso ou fracasso no mercado de trabalho.

O aluno e a autonomia

No dicionário, temos a definição de autonomia como “faculdade de governar-se por si mesmo” e se existe um conceito chave para o aluno de EaD, para a eficácia do seu aprendizado, esse conceito é, sem dúvida, o de autonomia; O ensino a distância exige um aprendiz autônomo e independente, mais responsável pelo processo de aprendizagem e disposto a autoaprendizagem. O aluno é portanto, gestor e programador de seu processo de aprendizagem.

No ambiente da EaD, podemos falar de aprendizagem autoresponsável, auto planejada, auto-organizada, independente e autoregulada. Esta aprendizagem é também, não linear e não sequencial. Nela os aprendizes trilham seus próprios caminhos e alcançam seus próprios objetivos, baseados nas normas e diretrizes e levando em conta o cronograma do curso que frequentam.

Outra característica é no tocante ao gerenciamento do tempo, pois o aprendiz deve ter capacidade de organizar e gerenciar seu tempo e as atividades a serem realizadas. É necessário maior comprometimento e é preciso aprender a se autogerenciar.

Será isso tão fácil e possível numa cultura como a nossa? Como perfil de alunos que temos? Não trata-se de uma questão de emissão de nenhum juízo de valor, trata-se de uma constatação, a partir de números reais que vemos desde a qualidade do ensino, a nível de conhecimento e aprendizagem, até a questão do acesso às universidades públicas.

Portanto, é importante ficar atento aos resultados, pois o que se espera é a aprendizagem, segundo os referenciais de qualidade para educação superior a distância (MEC, 2007), na EAD, o modelo de avaliação da aprendizagem deve ajudar o estudante a desenvolver graus mais complexos de competências cognitivas, habilidades e atitudes, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos, nesse caso devem ser articulados

mecanismos que promovam o permanente acompanhamento dos estudantes. E será que isso de fato ocorre? Será que esse modelo de ensino, muitas vezes com processos mecânicos, com turmas com um número infinito de alunos e um único professor-tutor, com o tipo de avaliação que apresenta traz resultados qualitativos positivos ou somente quantitativos?

A EaD trabalha para o aluno ou para o mercado? Ela forma alunos capazes ou com diploma? Na teoria vale a premissa do MEC, mas na prática há que se investigar.

O Professor e a autonomia

A EaD é uma das vertentes da atividade docente nesse novo mercado alavancado pelas tecnologias de informação e comunicação (TIC's) e é justamente a forma de aplicação dessas ferramentas que possibilitam a organização, simplificação, padronização e a racionalização que levam a precarização do trabalho, conforme analisa Antunes (2013).

Assim, com relação ao professor, não se pode dizer o mesmo que se aplica ao aluno, com relação ao termo “autonomia”. Não, este termo não muda o significado, continua sendo “faculdade de governar-se por si mesmo”, mas o professor, a profissão “professor”, mais ainda na EaD do que em qualquer outra esfera, perdeu totalmente sua autonomia.

Com a divisão de tarefas entre conteudistas, que pensam e elaboram os materiais de estudo; professores, que ministram aulas presenciais, quando estas existem na EaD, ou ministram teleaulas quando o curso é totalmente a distância; e tutores, que interagem com a turma e de fato executam o modelo de ensino segundo padrões pré-determinados, fica bem clara a divisão da concepção com a execução. Fica claro que aquele que elabora não tem ingerência sobre a execução, e o que aplica não pode alterar o conteúdo e a forma conforme a turma que atua. Esse é o ponto chave quando se fala em autonomia do professor na EaD, pois ainda que com diferentes funções e nomenclaturas, esse profissional é o mesmo, só que precarizado, explorado e desvalorizado.

A ontologia do trabalho do professor, do educador, deixa absolutamente de existir em um trabalho que passa a ser mecanizado, em todos os aspectos da EaD. Desde a concepção até a aplicação, que normalmente chega “formatada” e “padronizada”. Muitas vezes as atividades, as questões a serem debatidas com os alunos já estão prontas, nem levando em consideração o perfil da turma e as respostas que eles darão. Torna-se uma aprendizagem sob medida, mas que não pode ter uma trajetória modificada em função das respostas dos alunos, pois não foi o tutor-executor quem elaborou o material, e muitas vezes passa a conhecê-lo

somente quando o curso se inicia, quase que aprendendo junto com a turma. Essa é a realidade da EaD hoje. Por isso, questiona-se muitas vezes a qualidade dessa aprendizagem, que troca pode se dar num ambiente com pouca ou quase nenhuma influência do professor no processo como um todo? Num ambiente autogerenciado pelo estudante que muitas vezes se interessa apenas pelo diploma do que pela aprendizagem de fato?

O professor, seja conteudista, orientador ou tutor, não importa a nomenclatura que venha a ter, tem sim uma autonomia fragmentada com relação a área em que atua, e isso tolhe um educador.

E no tocante a quantidade de alunos, a intensificação da carga de trabalho e as jornadas, estão são as formas de precarização a que a classe de professores é exposta, atendendo as exigências do capital, de redução de custos, corte de pessoal e aumento de produtividade, usando as TIC's para, por um lado simplificar o trabalho docente, automatizando o processo, substituindo o trabalho vivo pelo trabalho morto, e por outro para gerenciar, regular e avaliar o seu trabalho.

Confome pontua Antunes:

“O trabalho docente é redefinido assim em termos de qualificação e polivalência, ditadas pelo manejo das TIC's nos moldes do trabalho operário, em detrimento do trabalho artesanal, de pesquisa e reflexão, próprio à elaboração de aulas. A especialização é preterida em favor de uma qualificação de cariz operário. Em uma modalidade de ensino cujo principal alvo é a *quantidade de alunos* (“clientes”), essa padronização/simplificação das atividades docentes representa uma estratégia eficaz para ampliar o número de estudantes por professor.” ANTUNES, 2013, p. 236

A verdade é que desde que o “gerencialismo”, segundo Santos, 2012, foi implantado nos sistemas escolares nas últimas duas décadas, o trabalho docente vem se restringindo a execução, alcance de metas e prestação de contas.

Ainda, segundo a autora, o professor, não somente na EaD, com as novas políticas e com a pedagogia neotecnicista^{vii}, teve o seu trabalho pedagógico destituído de sua “dimensão criadora, contextual e transformadora” (SANTOS, 2012, P.11).

Na EaD esse processo é mais aparente e mais gritante, pois além da quantidade de alunos e turmas que passa a ter, fica nítida a distância entre concepção e execução, e a vigilância imposta aos professores, que são avaliados pelo tempo das respostas, quantidade de acessos, e tem todo o seu trabalho cronometrado e metrificado por um “sistema”.

Quem avalia o trabalho docente é um programa de computador, por mais incrível que isso possa parecer. Rodrigues (2007) explica que "o capital busca através da transformação da educação em mercadoria, a mediação para a manutenção do seu interesse mais geral - a valorização do valor através da exploração do trabalho vivo"

Considerações finais

O capitalismo contemporâneo depende muito do trabalho intelectual, tendo em vista as novas qualificações requeridas pela reestruturação produtiva, o que trouxe a educação para um plano de solução para o mercado. Numa época onde é necessário se antecipar, se qualificar, lidar com as novas tecnologias, ter competência e empregabilidade ou seja, qual termos mais o mercado queira criar, a EaD desponta como foco.

Procuramos destacar aqui, então, o que é a educação a distância, para que ela serve, que objetivos ela atende, quais as suas características, qual a sua importância e relevância nos dias atuais, qual o papel de cada um dos atores envolvidos nesse cenário.

Que é um processo irreversível, já sabemos. Também que muitas vezes é a única forma do ensino chegar a algumas pessoas em determinadas situações, isso também sabemos. Essa característica da acessibilidade permitida pelas Tecnologias da Informação e da Comunicação, TIC's, é fundamental nos dias de hoje. A crítica é pela forma como isso se dá, principalmente em tratando-se do papel do professor. O professor, a profissão ‘professor’, mais ainda na EaD do que em qualquer outra esfera, perdeu totalmente a sua autonomia, conforme Antunes (2013), “o trabalho dito moderno é marcado por mudanças nas formas de emprego e pela intensificação e complexificação das relações de trabalho.”

^{vii} Termo utilizado por Saviani, 2008 apud Santos, 2012.

E ainda, segue o autor, o processo e expropriação do trabalho vivo pelo trabalho morto viabilizado pelas TIC's, deprecia o trabalho docente, vide a sua forma de atuação e a proporção de alunos que atende, agravando a condição proletária do professor, que torna-se mais barato e produtivo, tendo o seu tempo de trabalho intelectual reduzido.

Que fique claro que não é mérito da EaD a desqualificação docente, esse processo vem ocorrendo de modo progressivo ao longo das décadas, com a escola sofrendo controle por parte do mercado e o professor por parte da escola, mas esse processo se intensifica com a precarização do trabalho docente, a exploração, a desvalorização, a quantidade de turmas e alunos que esse professor passa a ter, a forma como o trabalho é executado, sendo reduzida a capacidade criadora, transformadora do educador e também a forma como é avaliado todo esse conjunto.

“A tensa organização do trabalho, com suas numerosas incertezas e contradições, as avaliações frequentes e, por vezes, arbitrarias são dois elementos, entre outros, que geram o sentimento de precariedade vivenciado pelos trabalhadores no campo da educação escolar.” (ANTUNES, 2013, p. 222).

Há de se pensar num meio termo para que as TIC's sejam aliadas de todos, que de fato sirva para deixar a EaD ao alcance de muitos, mas respeitando as características e peculiaridades de cada ator, desenvolvendo potencialidades nos professores e estudantes, favorecendo a educação de forma incondicional e irrestrita e contribuindo assim para a uma educação menos desigual e mais justa.

“ A heterogeneidade das atividades de trabalho ditas “cognitivas”, dos produtos imateriais que elas criam e das capacidades e saberes que elas implicam, torna imensuráveis tanto o valor das forças de trabalho quanto o de seus produtos. As escalas de avaliação do trabalho se tornam um tecido de contradições. A impossibilidade de padronizar e standardizar todos os parâmetros das prestações demandadas se traduz em vãs tentativas para quantificar sua dimensão qualitativa, e pela definição de normas de rendimento calculadas quase por segundo, que não dão conta da qualidade “comunicacional” do serviço exigido pó outrem.” (Gorz, 2005^a p. 29) apud ANTUNES, 2013 p. 25.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo.(Org.) *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. 1ª. Edição. São Paulo: Boitempo, 2013.

CRUZ, Daniele. *Educação Corporativa: a proposta empresarial no discurso e na prática*. Dissertação de mestrado. RJ, UNESA, 2007.

EBOLI, Marisa. *Educação corporativa no Brasil. Mitos e verdades*. São Paulo: Gente, 2004.

HOLANDA, A. *Dicionário da Língua Portuguesa*, 5ª edição. Ed. Positivo, 2012.

[http://www.educacao.gov.br/ Portaria MEC N° 4.059/04](http://www.educacao.gov.br/Portaria_MEC_Nº_4.059/04) acesso em 29/03/2014 às 17:12.

MEISTER, J. *Educação Corporativa*. São Paulo: Makron Books, 1999.

MOORE, Michael G. *Educação à distância: uma visão integrada*. Michael G. Moore, Greg Kearsley; [tradução Roberto Galman]. – São Paulo: Thomsom Learning, 2007.

ROCA, Octavi. *A autoformação e a formação à distância: as tecnologias da educação nos processos de aprendizagem*. In: SANCHO, Juana M (org) *Para uma tecnologia educacional*. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

RODRIGUES, José. *Os Empresários e a Educação Superior*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

_____, José. (Org.) *A Universidade Brasileira Rumo a Nova América. Pós-modernismo, shopping Center e Educação Superior*. Niterói: Editora UFF, 2012.

SANTOS. A.F.T. *Pedagogia do Mercado. Neoliberalismo, trabalho e educação no século XXI*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2012.

SVEIBY, C. E. *A Nova Riqueza das Organizações*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
<http://www.educacao.gov.br/>